

O papel das instituições de crédito em tempos de crise

As cooperativas de crédito agrícola e caixas económicas como agentes impulsionadores do desenvolvimento económico e social

Paula Cabo, PhD

Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia - Apartado 1172, 5301-855 Bragança, Portugal, e-mail: paulacabo@ipb.pt

João Rebelo, Professor catedrático

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Complexo Pedagógico, Quinta dos Prados, 5000-801 Vila Real, Portugal, e-mail: jrebelo@utad.pt

Resumo

Esta comunicação questiona o papel das diferentes instituições de crédito portuguesas no desenvolvimento económico e social do país através da análise da sua conduta quanto à inclusão financeira, criação de emprego, responsabilidade social e envolvimento com a comunidade; e a eventual mudança comportamental em resposta à crise. Os resultados mostram um desempenho superior dos bancos que adotam “a visão *stakeholder*”. Os bancos cooperativos localizados preferencialmente em regiões de baixa densidade têm uma função crucial na inclusão financeira social e territorial dessas populações e essa função não foi afetada pela crise atual. Globalmente, os bancos mostraram estar conscientes das suas responsabilidades sociais, desenvolvendo esforços no sentido da sustentabilidade. O banco público é a instituição socialmente mais responsável. Os bancos de maior dimensão adotaram os princípios internacionais e têm boas performances quanto à proteção ambiental, pelo contrário, o banco cooperativo e caixa económica têm um melhor desempenho relativamente à conduta social.

Palavras-chave: Instituições de crédito, desenvolvimento económico-social, inclusão financeira, responsabilidade social, crise

Classificação JEL: G21; L33; M14

1 - Introdução

A recente crise económica e financeira e a perda generalizada de confiança nas instituições financeiras e no Estado incentivam o debate sobre o papel dos bancos e outras instituições de crédito como agentes económicos racionais respondendo às necessidades da sociedade e atores centrais nos atuais desafios de desenvolvimento económico e social do país. Após os resgates maciços ocorridos, a sociedade espera compreensivelmente que as instituições financeiras ajustem o seu comportamento de forma a refletir o interesse público e não necessariamente apenas os interesses dos acionistas; exigindo aos bancos a consciência das suas responsabilidades sociais e o reconhecimento do papel crucial que os bancos desempenham na sociedade (Groeneveld, 2011). Por outro lado, a crise de 2008 teve o efeito positivo de redirecionar a atividade bancária para as suas origens, a banca a retalho, o que requer uma mudança no negócio bancário. Os bancos apreenderam que a sua riqueza e sobrevivência está ligada à prosperidade dos seus mercados, e assim promover o seu desenvolvimento é proteger o seu próprio futuro.

O sector bancário europeu é uma mistura de diferentes tipos de bancos: bancos públicos, bancos cooperativos, caixas económicas (bancos de poupança) e bancos privados. Existe contudo uma distinção particular entre aqueles que seguem “a visão *stakeholder*” e os que seguem “a visão *shareholder*”. Esta distinção é, em última análise, relativa aos objetivos do banco, na medida em que a maximização do lucro é o foco central do modelo de negócios destes últimos. Contudo, as caixas económicas, bancos públicos e bancos cooperativos podem ser classificados como instituições com um duplo objetivo (*dual-bottom line*), sendo a rentabilidade um dos objetivos destes bancos mas não o objetivo principal. É mais uma questão de equilíbrio entre os diferentes interesses dos diversos atores da organização (nomeadamente os membros-clientes, no caso dos bancos cooperativos; a economia regional e sociedade, no caso dos bancos públicos e caixas económicas) (Ayadi *et al.*, 2010). E, neste sentido, este tipo de instituições de crédito parecem estar mais em linha com a sociedade. Também os princípios

cooperativos, particularmente, o princípio de “*preocupação com a comunidade*” leva os bancos cooperativos para além do tradicional domínio da satisfação dos membros (Levi, 2001), numa orientação mais orientada para a comunidade (Gijssels & Develtere, 2007). Além disso, deve notar-se que em vários países, incluindo Portugal, a área de operação dos bancos cooperativos é geograficamente restrita, direta ou indiretamente, pelo governo. Nesses casos, os bancos cooperativos não têm outra escolha exceto desenvolver a sua própria área geograficamente restrita e, assim, promover o crescimento económico local (Guiso *et al.*, 2004).

As cooperativas destacam-se pela sua capacidade de se manter enraizadas nos seus territórios, combinando segurança dos postos de trabalho com flexibilidade de empresarial, atuando como força motriz do desenvolvimento regional e local sustentável. As cooperativas de crédito, em particular, demonstraram ao longo de mais de século e meio de história desempenhar um papel crucial como promotores do desenvolvimento das comunidades locais, com especial ênfase para a função de inclusão financeira social e territorial, respondendo às necessidades financeiras de certos públicos negligenciados pelo restante sistema bancário, especialmente as famílias de baixos rendimentos, PME (pequenas e médias empresas) e micro empresas, apoiando a economia local e a criação de emprego (Shawn, 2007).

Chaves & Soler (2004) referem que as cooperativas de crédito contribuem para a inclusão nos circuitos financeiros de certos públicos que têm dificuldade de acesso aos mesmos. Tal é feito a nível social, servindo os estratos sociais mais baixos (Palomo & Valor, 2001) ou a nível territorial, estando presentes em áreas economicamente desfavorecidas. A abordagem de banca de proximidade das cooperativas de crédito torna esta função de inclusão ainda mais significativa se considerarmos que os estratos sociais mais baixos são também aqueles que fazem um menor uso dos serviços bancários ditos mais “modernos” (como os terminais de multibanco ou *Internet banking*) e são também menos conhecedores das práticas bancárias (Chaves & Soler, 2004). A característica “*dual-bottom line*” dos bancos cooperativos habilita-os a desenvolver a infra-estrutura física (ou institucional) necessária para a intermediação financeira em regiões de baixa densidade (por exemplo, a rede de balcões), mesmo em detrimento da sua rentabilidade. Ao contrário, os bancos privados podem ter um reduzido incentivo em desenvolver tal infra-estrutura por causa da natureza de bem público da informação relativa à qualidade dos potenciais clientes (Hellmann *et al.*, 1997, 2000).

A proteção e criação de emprego são, na atual crise, das principais preocupações das autoridades públicas com o desemprego a atingir níveis elevados, sem precedentes. Chaves & Soler (2004) mencionam que a contribuição das cooperativas de crédito para a criação de emprego é dupla, referindo-se ao emprego na própria instituição e à promoção da empregabilidade das comunidades locais, através do apoio a projetos empresariais de criação de emprego. Adicionalmente, os bancos cooperativos são importantes empregadores de recursos humanos qualificados; dado localizarem-se em regiões rurais, sobretudo, em pequenas cidades de baixa densidade onde as oportunidades de emprego oferecidas pelo banco cooperativo local (juntamente com o emprego estatal nos serviços públicos locais) são muitas vezes a única oportunidade de emprego qualificado disponível.

Finalmente, no cenário de crise atual a gestão baseada na responsabilidade social das empresas (RSE) é cada vez mais importante, pois tem a ver com a responsabilidade destas no seu relacionamento com clientes, colaboradores e comunidade. Os bancos universais são geralmente excelentes na comunicação da RSE, mas o seu empenho é, muitas vezes, apenas para fins de “imagem” (Paulet & Relano, 2010) e o desempenho de RSE das outras instituições de crédito passa frequentemente despercebido devido às inferiores habilidades de marketing destas. Gijssels & Develtere (2007) referem que os bancos cooperativos adicionam valor social respeitando (e até certo ponto liderando) o movimento de RSE nos seus territórios, procurando ir além da agenda mínima de responsabilidade social, trabalhando no sentido da “responsabilidade social cooperativa” (Develtere, Meireman & Rayaekers, 2005).

Atualmente, Portugal luta com uma grave crise económica e financeira que ameaça tornar-se uma crise política e social, e a sociedade espera que os bancos e outras instituições de crédito desempenhem o papel de impulsionadores do desenvolvimento económico, apoiando o investimento em atividades produtivas. Instituições como as caixas económicas, os bancos públicos e os bancos cooperativos, dada a sua natureza não-lucrativa e abordagem de negócios únicas, são uma força poderosa para a recuperação nacional, atuando como fatores

de estabilidade no sector bancário e impulsionadores do desenvolvimento local, particularmente em regiões de baixa densidade cuja economia local é suportada pela agricultura.

Esta comunicação questiona o papel das diferentes instituições de crédito portuguesas no desenvolvimento económico e social do país. Para tal investiga-se a conduta destas, nomeadamente, em termos da função de inclusão financeira, criação de emprego, políticas de responsabilidade social e envolvimento com a comunidade, bem como a eventual mudança de comportamento em resposta à crise. Especificamente, tomando como referência 5 das principais instituições de crédito portuguesas, com uma quota global de mercado superior a 75%, ou seja, um banco público, três bancos privados, uma caixa económica e um sistema integrado de bancos cooperativos. O período considerado é 2006-2011 e os dados recolhidos dos relatórios e contas anuais, relatório de sustentabilidade, comunicados de imprensa e outras publicações das instituições em causa; relatórios anuais do Banco de Portugal e boletim da Associação Portuguesa de Bancos; e outras publicações sobre o sistema financeiro português.

O restante desta comunicação consiste em 4 seções: a seção 2 inclui a revisão da literatura sobre a "raison d'être" dos diferentes tipos de instituições de crédito, o seu papel no sistema bancário e abordagem de negócio; a seção 3 exhibe o quadro regulamentar e alguns dados históricos sobre a banca portuguesa; a seção 4 analisa o papel e a importância das várias instituições de crédito no desenvolvimento económico e social do país através do estudo das suas funções sociais, e a seção 5 conclui.

2 – Porquê diferentes instituições de crédito?

O sistema financeiro, e particularmente os bancos, desempenham um papel crucial na economia, convertendo a poupança em investimento e produtos financeiros (APB, 2013; Boscia & Di Salvo, 2009). A moderna teoria da intermediação financeira explica a existência de instituições financeiras pela presença de certas formas de imperfeição do mercado, em especial, a assimetria de informação. A existência de intermediários financeiros baseia-se na sua capacidade de redução desta deficiência mais eficazmente e a menor custo do que os credores ou devedores individuais, graças à sua estrutura e organização, permitindo-lhes reduzir os riscos do investimento e custos de informação, e potenciando desta forma uma melhor alocação de recursos (Benston & Smith, 1976; Goodhart, 1989). Os intermediários financeiros são capazes de eficientemente minimizar custos de informação através da exploração de economias de escala na recolha e produção de informação, evitando problemas de "free-rider" e a duplicação monitorização pelos indivíduos, com a vantagem de que nenhuma informação "privada" é divulgada, protegendo assim a privacidade dos devedores (Boscia & Di Salvo, 2009). A justificação para existência de intermediários financeiros baseia-se maioritariamente em três pilares (Boscia & Di Salvo, 2009): (a) necessidade de produção e gestão de informação sobre os devedores que decorre da existência de informação assimétrica entre credores e devedores e assume a forma de seleção e monitorização de clientes pelos bancos; (b) provisão de segurança contra o risco de liquidez dado que os agentes económicos estão sujeitos a incerteza e, por forma a obterem algum seguro *ex ante*, podem preferir um contrato bancário ao invés de títulos financeiros; e (c) oferta de ativos seguros diversificados (gerados pelos depósitos bancários).

Os bancos tradicionais (propriedade de acionistas e cujo objetivo é a maximização do lucro) são uma das mais antigas formas de organização capitalista, existente antes da Revolução Industrial. Com a expansão global das economias de mercado surgiram outras formas de organização competindo com sucesso com estes, especialmente na banca de retalho, como os bancos cooperativos e as caixas económicas. Esta variedade de estruturas organizacionais pode ser explicada pela regulamentação e outras formas de proteção, ou por falhas específicas de mercado (a assimetria de informação) que são resolvidas por estas. A literatura recente argumenta que as estruturas de propriedade e formas organizacionais são um resultado endógeno das escolhas racionais feitas pelos agentes por forma a enfrentar as falhas do mercado (Boscia & Di Salvo, 2009; Cabo, 2012; Cuevas & Fisher, 2006). Cuevas & Fischer (2006), identificam três teorias complementares que permitem compreender como as características institucionais lidam com falhas de mercado: as teorias da agência, dos direitos de propriedade e dos custos de transação.

Os bancos cooperativos e as caixas económicas possuem características especiais, particularmente, a mutualidade; a abordagem do negócio bancário baseada na proximidade; a democracia económica; e natureza não-lucrativa; que justificam o seu papel específico e a convicção de que reduzem a assimetria de informação e o risco de falha de mercado. A teoria de agência sugere que um banco mútuo (cooperativo ou caixa económica) experimenta menores custos de agência, principalmente, devido ao mecanismo de "monitorização pelos pares", que reduz a assimetria de informação e os custos de acompanhamento, e ao alinhamento comportamento dos membros e da gestão face ao risco, em virtude da sua característica de mutualidade. Além disso, um banco cooperativo pode apresentar menores custos de agência devido ao seu mais eficiente processo de tomada de decisão interna, uma vez que a cadeia de decisão é geralmente menor do que nos bancos tradicionais, reduzindo assim o nível de separação entre a propriedade e a gestão (Boscia & Di Salvo, 2009; Bunger, 2009; Fonteyne, 2007; Kane & Hendershott, 1996; Stiglitz, 1990). A literatura sobre direitos de propriedade sugere que a separação entre a propriedade e a gestão num banco mútuo pode ser reduzida nomeando apenas membros para a administração deste e promovendo a participação dos membros nas reuniões, como na Assembleia Geral anual (Boscia & Di Salvo, 2009). Finalmente, a teoria dos custos de transação refere que a proximidade e a natureza peculiar do seu relacionamento com os clientes dão ao banco mútuo vantagens específicas em termos de custo de transação relativamente aos bancos tradicionais (Boscia & Di Salvo, 2009; De Bruyn & Ferri, 2005; Fonteyne, 2007).

As caixas económicas e os bancos cooperativos são formas institucionais que têm a sua principal "raison d'être" em limitações históricas hoje largamente ultrapassadas, dado que o acesso a serviços e produtos bancários já não é um problema significativo nos países desenvolvidos (Groeneveld & Sjauw-Koen-Fa, 2009). A origem de muitos bancos cooperativos remonta à exclusão financeira enfrentada por muitas comunidades na Europa do século XIX. Com a revolução industrial em pleno andamento, o emergente sector de serviços financeiros centrou-se principalmente em servir indivíduos ricos e as grandes empresas de áreas urbanas. A população rural, em particular, agricultores, pequenas empresas e comunidades locais foram efetivamente excluídos dos serviços financeiros (Oliver Wyman, 2008). Os bancos cooperativos foram originalmente criados para corrigir essa falha de mercado e superar os problemas associados à assimetria de informação em favor dos devedores. Os incentivos financeiros da monitorização mútua dos membros e as relações sociais entre os membros contribuíram significativamente para o florescimento dos bancos cooperativos. Em alguns países, o desenvolvimento destes bancos foi iniciado, alimentado e apoiado por forças externas, como o governo (Groeneveld & Sjauw-Koen-Fa, 2009). Em Portugal as cooperativas de crédito são especializadas em empréstimos agrícolas, tendo o seu nascimento legal ocorrido em 1911. Este foi um processo desenvolvido de cima para baixo (top-down), dependendo as cooperativas de fundos públicos para realizar a sua missão, e sendo, muitas vezes, usadas para a concretização de objetivos políticos ligados à agenda de desenvolvimento rural (Cabo, 2012).

As caixas económicas portuguesas datam de 1836, tendo sido criadas com um propósito de caridade, a fim de combater a prática de agiotagem amplamente difundida naqueles dias. A sua atividade era delimitada de acordo com um duplo critério: por um lado, estava confinada a uma atividade bancária restrita; por outro lado, tinham o estatuto de instituições sem fins lucrativos, cuja génese estava ligada a uma época em que na ausência de um sistema bancário minimamente articulado e disciplinado a atividade de intermediação financeira era executada por indivíduos que se dedicam, na maioria das vezes, a práticas abusivas. Com o desenvolvimento da estrutura bancária nacional, a função socioeconómica tradicionalmente ligada às caixas económicas foi preenchida por outras instituições e a natureza sem fins lucrativos daquelas foi relegada para segundo plano (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 136/79).

3 - Uma visão geral do sector bancário português

A atividade das instituições que operam no sistema financeiro português rege-se pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92 e posteriores alterações, que estabelece as condições de acesso e prática da atividade daquelas instituições. Entre as instituições de crédito cuja atividade consiste em aceitar depósitos e outros fundos reembolsáveis do público, a fim de os investir por conta

própria através da concessão de empréstimos, destacam-se os bancos, as caixas económicas e as cooperativas de crédito agrícola. Estes últimos, dadas a característica de mutualidade e finalidade específica estão sujeitos a legislação própria: o regime geral das caixas económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 136/79 e posteriores alterações, para as caixas económicas; e o regime jurídico do crédito agrícola mútuo e das caixas de crédito agrícola mútuo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91 e posteriores alterações, para as cooperativas de crédito.

Em geral, as atividades de serviços financeiros portuguesas (exceto seguros e fundos de pensões, e incluindo aquelas realizadas pelo Banco de Portugal), contribuem para aproximadamente 6% do valor acrescentado bruto nacional; peso relativamente elevado quando comparado com outros países da zona euro (APB, 2012a). Em termos de dimensão, o sector bancário é relativamente assimétrico, conforme ilustrado na Figura 1. Sendo que as instituições domésticas predominam em número total e valor do ativo agregado em todos os tamanhos, desenvolvendo atividades multiproduto (APB, 2012b).

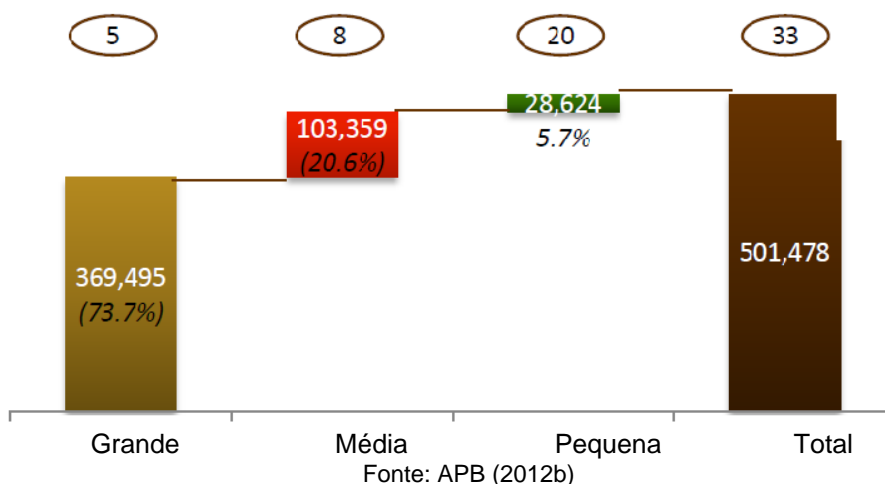
Tabela 1 - Sector bancário português em 31 de dezembro (2010-2011)

	2010	2011
Pelo n.º de entidades		
Doméstica	69	69
Filial	10	9
Sucursal	31	27
Total	110	105
Pelo total dos ativos (milhões €)		
Doméstica	413.493	401.190
Filial	78.495	68.733
Sucursal	39.718	43.246
Total	531.707	513.169

Fonte: Adaptado de APB (2012b)

Em termos de valor dos ativos 94,3% do setor bancário português está concentrado em 13 instituições de grande e médio porte, enquanto as restantes 20 (pequenas) instituições, em conjunto, têm uma quota de mercado de apenas 5,7% (Figura 1). No entanto, existe uma maior homogeneidade entre o número balcões de cada instituição indicando a existência de mais concorrência entre as instituições na banca a retalho e captação de negócios através da rede de balcões, em detrimento de outros tipos de atividade bancária (APB, 2012b).

Figura 1 - Concentração de ativo agregado pela dimensão das instituições, dezembro 2011



2011 foi um ano especialmente difícil para Portugal, com várias circunstâncias externas e internas, a terem repercussões sobre a performance das instituições de crédito, principalmente no que respeita à atividade bancária, financiamento e desempenho, com o sector bancário a apresentar, globalmente, resultados negativos. Particularmente, os desequilíbrios estruturais da economia portuguesa, refletidos nos elevados níveis de endividamento público e privado num contexto de desaceleração económica e deterioração da perceção do risco de crédito da dívida

soberana, agravaram as condições de financiamento de Portugal nos mercados internacionais e obrigou o país a pedir ajuda financeira externa em abril de 2011. Desde meados desse ano, os requisitos do programa de ajustamento económico (PAE), após o pedido de ajuda externa, impuseram a necessidade de ajuste da atividade das instituições bancárias. Esses requisitos submeteram os bancos ao cumprimento de uma série de novos requisitos prudenciais: (a) aumento do rácio mínimo de capital Core tier 1¹ de 9% e 10% até o final de 2011 e 2012, respetivamente; (b) redução do rácio de transformação² para 120% até dezembro de 2014; (c) realização de inspeções para avaliação das carteiras de crédito com referência a 30 de junho de 2011 no âmbito do programa especial de inspeções do Banco de Portugal aplicável aos oito maiores grupos bancários; e (d) a revisão do sistema de saneamento e liquidação das instituições financeiras contemplado no RGICSF com o intuito de reforçar os mecanismos de recuperação e resolução da banca (APB, 2012b, c)

Além disso, o PAE reforçou o apoio aos bancos portugueses através da prestação extraordinária de garantia estatal à emissão de obrigações por parte do sector bancário nacional, com possibilidade dos bancos emitirem dívida garantida pelo Estado, num valor global máximo de 35 mil milhões de euros; e da disponibilização de um fundo para operações de recapitalização das instituições de crédito num montante de 12 mil milhões de euros. Simultaneamente, devido à necessidade de consolidação orçamental, o governo introduziu uma contribuição sobre a banca incidindo sobre os passivos de maior risco em balanço e a transferência parcial dos fundos de pensões de algumas instituições financeiras para a Segurança Social (APB, 2012b, c). A Tabela 2 apresenta a evolução do sector bancário português entre 2006 e 2011.

Tabela 2 - Evolução do sector bancário português³ (2006-2011) (mil €)

	2006*	2007	2008	2009	2010	2011
Total de ativos	338.070.337	453.466.082	482.319.646	515.523.465	537.278.680	516.715.834
Taxa anual de crescimento	10,48%	34,13%	6,36%	6,88%	4,22%	-3,83%
Crédito bruto	228.031.528	301.118.231	332.202.095	333.067.974	333.587.057	313.951.905
Taxa anual de crescimento	11,20%	32,05%	10,32%	0,26%	0,16%	-5,89%
Depósitos	156.633.328	201.880.371	219.899.428	220.503.545	232.399.699	246.741.624
Taxa anual de crescimento	5,02%	28,89%	8,93%	0,27%	5,39%	6,17%
Margem financeira	5.984.960	8.209.189	8.955.538	7.978.974	7.901.513	7.988.231
Taxa anual de crescimento	11,34%	37,16%	9,09%	-10,90%	-0,97%	1,10%
Produto bancário	10.889.899	13.959.469	13.924.132	13.732.558	13.767.302	12.914.403
Taxa anual de crescimento	11,02%	28,19%	-0,25%	-1,38%	0,25%	-6,20%
Custos com Pessoal	3.348.331	4.057.135	4.192.331	4.220.761	4.328.751	4.370.397
Taxa anual de crescimento	1,48%	21,17%	3,33%	0,68%	2,56%	0,96%
Custos administrativos	2.020.277	2.873.473	3.013.097	2.896.947	2.982.570	2.922.954
Taxa anual de crescimento	3,31%	42,23%	4,86%	-3,85%	2,96%	-2,00%
Provisões e imparidades	1.198.633	2.050.607	4.448.709	3.941.891	3.548.726	6.912.618
Taxa anual de crescimento	-9,51%	71,08%	116,95%	-11,39%	-9,97%	94,9%
Resultado líquido	2.807.257	3.407.876	536.543	1.155.443	1.450.962	-1.508.201
Taxa anual de crescimento	27,77%	21,40%	-84,26%	115,35%	25,58%	-203,94%

Nota: *os valores de 2006 foram obtidos em conformidade com o PCSB (Plano de Contabilidade do Sistema Bancário), para os anos de 2007-2011 foram aplicadas as normas internacionais de contabilidade.

Fonte: Banco interativo de dados estatísticos do Banco de Portugal, cálculos próprios

O crescimento negativo dos ativos, em 2011, reflete o declínio da procura doméstica nesse ano. Adicionalmente, como esperado, enquanto a necessidade de redução do rácio crédito/depósitos requereu o aumento do esforço na atração dos depósitos de clientes, colocou também pressão sobre a concessão de crédito. Além disso, o imperativo de aumento dos níveis de solvabilidade reforçou a necessidade de desalavancagem da atividade bancária, dado que a impossibilidade

¹ O rácio de capital Core tier 1 é uma medida de solvabilidade de um banco, definida pela relação entre os fundos próprios e total dos ativos ponderados pelo risco.

² O rácio de transformação reflete a capacidade dos bancos para converter os depósitos de clientes em empréstimos.

³ Valores expressos a preços correntes, sendo que o deflator do PIB no período foi de 3,2 em 2007; 1,6 em 2008; 0,5 em 2009; 1,1 em 2010 e de 1,0 em 2011.

em recorrer aos mercados de capitais em condições normais resulta em que as instituições tenham que atingir esse objetivo através da venda de ativos não essenciais, redução da carteira de crédito e/ou do risco médio dos ativos. Devido a essas limitações o volume da atividade bancária vai contra a tendência de expansão dos anos anteriores. Assim, ao contrário do que ocorreu na zona Euro, a crise financeira de 2008 não abrandou o crescimento do total dos ativos dos bancos portugueses (APB, 2012a), no entanto, estes iniciaram o processo de desalavancagem após o PAE.

No estudo da Tabela 2 deve ter-se em consideração que a mudança no sistema de contabilidade ocorrida em 2007 teve uma repercussão significativa no balanço e demonstração de resultados do sector bancário, pelo que a presente análise centrar-se-á no período 2007-2011. Como mencionado anteriormente, a taxa de crescimento do ativo total diminuiu após a crise de 2008, entrando este em decréscimo após o PAE. O crédito concedido foi seriamente afetado pela crise de 2008, apresentando taxas de crescimento reduzidas nos anos de 2009-2010 e um decréscimo de -5.89% em 2011. Contrariamente, os depósitos de clientes responderam bem à crise e embora sofrendo uma redução da sua taxa de crescimento em 2009, apresentam taxas de crescimento crescentes após esse ano. No mesmo período as perdas na intermediação, serviços prestados a clientes e outras atividades de mercado contribuíram para a queda do rendimento operacional. Adicionalmente, o acréscimo superior a 237% dos custos com provisões e imparidades afetou seriamente o rendimento líquido, especialmente em 2011. Consequentemente, os rácios de estrutura da propriedade e de rentabilidade foram seriamente afetados (Tabela 3). Conforme apresentado na Tabela 3, globalmente, a banca portuguesa experimentou um declínio nos rácios de solvabilidade e liquidez, após a crise de 2008, em consequência da quase total falta de acesso aos mercados de dívida por grosso e da redução de capital, principalmente devido a perdas nos resultados, juntamente com a transferência parcial de fundos de pensões dos bancos para o Estado, o reconhecimento de imparidades de crédito resultantes do programa de inspeções especiais e a contribuição sobre a banca (APB2012b).

Da mesma forma após 2008, o aumento da importância de depósitos conjuntamente com a queda da capacidade creditícia geral refletiu-se numa redução significativa do rácio de transformação de mais de 23%, mas ainda insuficiente para a meta de 120% exigida pelo PAE.

Tabela 3 - Evolução dos indicadores de estrutura e rentabilidade do sector bancário português (2006-2011)

		2006	2007	2008	2009	2010	2011
Liquidez	Moeda e depósitos em bancos centrais / Passivo financeiro	2,18%	2,24%	2,19%	2,26%	1,45%	1,95%
Rácio de transformação	Crédito bruto / Depósitos de clientes	145,58%	149,16%	151,07%	151,05%	143,54%	127,24%
Capacidade creditícia geral	Crédito bruto / Passivo financeiro	72,08%	71,19%	73,18%	69,08%	66,37%	64,12%
Importância dos depósitos	Depósitos de clientes / Passivo financeiro	49,51%	47,73%	48,44%	45,74%	46,23%	50,40%
Solvabilidade bruta	(Fundos próprios + Empréstimos subordinados) / Ativo total	9,35%	9,44%	8,47%	8,82%	8,44%	6,56%
Rendibilidade dos ativos (ROA)	Resultado líquido / Ativo total	0,83%	0,75%	0,11%	0,22%	0,27%	-0,29%
Rendibilidade do capital próprio (ROE)	Resultado líquido / Capital próprio	12,92%	11,19%	1,89%	3,46%	4,19%	-5,56%

Fonte: Banco interativo de dados estatísticos do Banco de Portugal, cálculos próprios

No que respeita à rentabilidade, após o primeiro impacto de crise de 2008, notava-se, nos anos seguintes, uma recuperação do sector mas, como mencionado anteriormente, a redução do património líquido e o aumento das provisões e imparidades em resultado da deterioração da qualidade do crédito, especialmente na atividade doméstica e as perdas reconhecidas em ativos financeiros devido à desvalorização do mercado e à reestruturação da dívida soberana grega, resultaram, em 2011, uma deterioração dos rácios de rentabilidade e o sector bancário, no geral, experimentou retornos negativos, nesse ano.

4 – As funções sociais das instituições de crédito portuguesas

Existe um volume considerável de literatura que avalia a forma como os bancos afetam a economia; a sua principal conclusão é que o sistema bancário desempenha um papel importante no desenvolvimento económico (Levine, 2004). Mas as instituições de crédito têm um enorme impacto na sociedade, não só devido às suas funções económicas [como a formação de preços e valorização de ativos financeiros, monitorização dos devedores, gestão de riscos financeiros e organização do sistema de pagamento (Greenbaum & Thakor, 2007)], mas também e especialmente, por causa das suas funções sociais, como sejam, a inclusão financeira social e territorial, a criação de emprego, a responsabilidade social e o envolvimento com a comunidade.

4.1 – Amostra

A nossa amostra inclui dados relativos um banco público (Caixa Geral de Depósitos – CGD), três bancos privados (Banco Espírito Santo - BES; Banco Millennium BCP; e o Banco BPI), uma caixa económica (Banco Montepio) e um sistema integrado de bancos cooperativos de crédito agrícola (Crédito Agrícola), globalmente representativos de mais de 75% do sector bancário nacional. O período considerado é 2006-2011 e os dados recolhidos a partir dos relatórios e contas anuais, relatórios de sustentabilidade, comunicados de imprensa e outras informações financeiras publicadas pelos bancos; relatórios anuais do Banco de Portugal e o boletim da Associação Portuguesa de Bancos; bem como, outras publicações sobre o sistema financeiro português.

A Tabela 5 apresenta alguns números sobre o balanço, conta de resultados, solvabilidade e rentabilidade da amostra em 2011, e o seu peso no sistema bancário. A tabela demonstra como a amostra é altamente representativa, especialmente no referente ao total de ativos, crédito concedido ou depósitos de clientes. O banco público, CGD, é a maior instituição de crédito, seguida do Millennium BCP e BES. As restantes instituições (Banco BPI + Crédito Agrícola + Montepio), em conjunto, apresentam valores inferiores ao terceiro maior banco (BES), no que respeita ao ativo total ou crédito concedido, e inferior ao segundo maior banco (Millennium BCP), relativamente aos depósitos de clientes. Individualmente, o Crédito Agrícola destaca-se pela sua desproporcional (em relação à dimensão) rede de balcões, e por deter o maior rácio de solvabilidade - Core Tier 1 - e o menor rácio de transformação (o único inferior de 1), indicando que o Crédito Agrícola é a única instituição da amostra a ter um perfil de banco de poupança.

Tabela 5 - Principais indicadores da banca a retalho em Portugal, dezembro 2011

	Banco BPI	Millennium BCP	BES	Crédito Agrícola	CGD	Montepio	Sector bancário	Amostra global
Ativo total (milhões €)	42.956	93.482	80.237	14.241	120.565	21.495	516.716	372.977
Quota de mercado	8,31%	18,09%	15,53%	2,76%	23,33%	4,16%	100,00%	72,18%
Depósitos (milhões €)	2.4671	47.516	34.206	9.821	70.587	13.702	246.742	200.504
Quota de mercado	10,00%	19,26%	13,86%	3,98%	28,61%	5,55%	100,00%	81,26%
Crédito bruto (milhões €)	28.995	71.533	51.211	8.507	81.631	17.477	313.952	259.354
Quota de mercado	9,24%	22,78%	16,31%	2,71%	26,00%	5,57%	100,00%	82,61%
Capital próprio (milhões €)	822	4.374	6.192	1.047	5.337	1.259	27.110	19.033
Resultado líquido (milhões €)	-285	-849	-109	55	-488	45	-1.508	-1.631
Balcões (#)	693	872	672	690	860	499	6.305	4.286
Quota de mercado	10,99%	13,83%	10,66%	10,94%	13,64%	7,91%	100,00%	67,98%
Empregados (#)	6.502	9.714	6.116	3.845	9.509	3.910	57.069	39.596
Quota de mercado	11,39%	17,02%	10,72%	6,74%	16,66%	6,85%	100,00%	69,38%
Rácio Core Tier 1	9,2%	9,3%	9,2%	12,68%	9,5%	10,2%	9,5%	-
Rácio de transformação	117,52%	150,54%	149,71%	86,62%	115,64%	127,55%	127,24%	129,35%
ROA	-0,66%	-0,91%	-0,14%	0,39%	-0,41%	0,21%	-0,29%	-0,44%
ROE	-34,64%	-19,40%	-1,76%	5,26%	-9,15%	3,58%	-5,56%	-8,57%

Fonte: Boletim da Associação Portuguesa de Bancos, banco interativo de dados estatísticos do Banco de Portugal e relatórios e contas anuais dos bancos, cálculos próprios.

Verifica-se também que o Crédito Agrícola e o Montepio são as únicas instituições que apresentam retornos positivos em 2011, os restantes bancos, juntamente com a globalidade do sector bancário, apresentam prejuízos nesse ano. Dadas as particularidades daquelas instituições, ou seja, as restrições à atividade bancária derivada dos seus regimes jurídicos

específicos e abordagem de negócios únicas, estas aparentam ser capazes de lidar com a presente crise melhor do que os seus pares.

4.2 - Resultados

Para avaliar as funções sociais dos bancos foi aplicada uma análise estatística à informação financeira e restantes dados quantitativos, complementada pela análise de conteúdo relativamente ao seu desempenho social. Quanto à análise estatística, após o teste da normalidade dos dados (teste de Kolmogorov-Smirnov ou teste Shapiro-Wilk, dependendo do tamanho da amostra), para o exame de amostras independentes, sempre que a normalidade se confirme foi usado a estatística do teste t para a comparação entre duas amostras e a Anova para comparações de mais de duas amostras; caso a normalidade seja violada foi utilizado o teste de Mann-Whitney para a comparação de duas amostras e o teste de Kruskal-Wallis para comparações de mais de duas amostras. Na eventualidade das amostras estarem relacionadas foi usado o teste de Sign ou teste de Wilcoxon dependendo da assimetria das variáveis. Para minimizar o erro tipo I (rejeitar a H0 quando se deveria aceitá-la) ou erro tipo II (aceitar H0 quando se deveria rejeitá-la) foi adotado um nível de significância de 0,05 (Spiegel, 1977).

4.2.1 - Inclusão financeira

A presença local é ainda a principal forma das instituições de crédito contatarem com os clientes apesar do uso crescente de canais virtuais, como a internet, caixas automáticas ou *call centres*. A Tabela 6 mostra a evolução da rede de retalho em Portugal Continental, no período 2006-2011.

Tabela 6 – Evolução do número de balcões bancários Portugal Continental (2006-2011)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Banco BPI	608	691	740	737	736	679
Taxa de crescimento anual	-	13,65%	7,09%	-0,41%	-0,14%	-7,74%
Quota de mercado	11,18%	11,84%	12,49%	12,20%	12,07%	10,99%
Millenium BCP	839	859	893	887	866	858
Taxa de crescimento anual	-	2,38%	3,96%	-0,67%	-2,37%	-0,92%
Quota de mercado	15,43%	14,72%	15,07%	14,68%	14,20%	13,89%
BES	602	670	704	698	695	669
Taxa de crescimento anual	-	11,30%	5,07%	-0,85%	-0,43%	-3,74%
Quota de mercado	11,07%	11,48%	11,88%	11,55%	11,40%	10,83%
Crédito Agrícola	661	669	697	714	724	723
Taxa de crescimento anual	-	1,21%	4,19%	2,44%	1,40%	-0,14%
Quota de mercado	12,16%	11,47%	11,76%	11,82%	11,87%	11,71%
CGD	767	788	810	830	851	843
Taxa de crescimento anual	-	2,74%	2,79%	2,47%	2,53%	-0,94%
Quota de mercado	14,10%	13,51%	13,67%	13,74%	13,95%	13,65%
Montepio	275	278	298	304	307	485
Taxa de crescimento anual	-	1,09%	7,19%	2,01%	0,99%	57,98%
Quota de mercado	5,06%	4,77%	5,03%	5,03%	5,03%	7,85%
Sector bancário	5,440	5,834	5,925	6,042	6,099	6,176
Taxa de crescimento anual	-	7,24%	1,56%	1,97%	0,94%	1,26%

Fonte: Boletim da Associação Portuguesa de Bancos, banco interativo de dados estatísticos do Banco de Portugal e relatórios e contas anuais dos bancos, cálculos próprios.

Globalmente, o número de balcões apresenta uma evolução positiva no período anterior à crise de 2008, após 2009 ocorreu uma mudança de comportamento e as instituições começaram a racionalizar a rede de balcões, sendo que nos primeiros 2 anos após a crise apenas os bancos privados reduziram o número de balcões; mas em 2011, o banco cooperativo e o banco público seguiram esta tendência. A exceção foi a caixa económica cuja rede de balcões aumentou devido à incorporação de outra instituição de crédito. No entanto, quando é analisada a significância estatística da redução do número de balcões esta provou não ser (ainda) estatisticamente significativa (Tabela 7). Em termos de quota de mercado, as instituições de crédito da nossa amostra representavam, em 2006, quase 70% da rede bancária nacional, experimentando, em geral, uma diminuição durante o período em estudo, exceto, novamente,

no caso da caixa económica pelas razões mencionadas anteriormente. As quotas de mercado individuais são relativamente homogéneas, com valores entre 8% e 14%, grosseiramente falando. O banco cooperativo apresenta uma rede de balcões desproporcional para a sua dimensão, a qual está na base da sua abordagem ao negócio bancário que assenta num relacionamento personalizado, promovido pela proximidade (literal e figurativamente) com os seus clientes (Cabo, 2012).

Tabela 7- Balcões bancários por período de tempo e tipo de banco

	Bancos privados		Banco cooperativo		Banco público		Caixa económica		Sector bancário	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Antes da crise de 2008	744,44	112,045	647,00	17,692	809,67	21,502	305,00	13,229	5569,67	666,005
Após a crise de 2008	769,67	90,714	687,67	4,933	859,00	10,536	384,67	99,027	6243,67	59,585
t	-0,525		-3,835		-3,569		-1,964*		-1,091*	
Significância	0,607		0,019		0,023		0,050		0,275	

* Estatística Z

A Tabela 7 mostra que, apesar da redução do número de balcões dos bancos privados exposta na Tabela 6 tal não é estatisticamente significativo, pelo contrário, as únicas alterações estatisticamente significativas detetadas assinalam um aumento da rede de retalho do banco cooperativo, do banco público e da caixa económica.

A fim de compreender a função de inclusão financeira das diferentes instituições de crédito portuguesas estudou-se a evolução do número de balcões, com especial atenção à sua presença em regiões de baixa densidade. A Tabela 8 apresenta a matriz de correlações de Spearman entre balcões bancários, poder de compra do consumidor, densidade populacional [número de habitantes por quilómetro quadrado] e número de habitantes por concelho, no período 2006-2011.

Tabela 8 - Matriz de correlações entre balcões bancários por concelho e poder de compra do consumidor, densidade populacional e número de habitantes, por tipo de banco

	Bancos privados	Banco cooperativo	Banco público	Caixa económica	Sector bancário
Poder de compra do consumidor	0,573*	0,308*	0,535*	0,546*	0,603*
Densidade populacional	0,421*	0,091*	0,363*	0,419*	0,430*
Número de habitantes	0,743*	0,392*	0,579*	0,636*	0,757*

* a correlação é significativa ao nível de 0,01.

A tabela mostra que existe uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre o poder de compra do consumidor, a densidade populacional, o número de habitantes e número balcões bancários por concelho. Adicionalmente, os resultados confirmam a crucial função de inclusão financeira social e territorial dos bancos cooperativos. Sendo que o banco cooperativo exhibe as mais baixas correlações entre o número de balcões por concelho e todos os indicadores considerados. De facto, os resultados deste tipo de banco são de cerca ½, (e no caso da densidade populacional de apenas 1/5) dos apresentados pela globalidade sector bancário, indicando que os bancos cooperativos estão preferencialmente localizados em concelhos de baixa densidade, onde a densidade populacional, o número de habitantes e o poder de compra são reduzidos. Os outros tipos de bancos exibem um comportamento bastante similar e em linha com a globalidade do sector bancário. Este é resultado conforme o esperado no caso dos bancos privados, sendo consistente com o objetivo de maximização do lucro mas, surpreendente, para o caso da caixa económica, dado o seu carácter não-lucrativo, e para o banco público, dado que o seu estatuto de propriedade pública deveria refletir a agenda política do governo, nomeadamente em termos de redução das assimetrias regionais e promoção do desenvolvimento económico e social.

Geograficamente restrita e enraizada em mercados locais rurais, a atividade dos bancos cooperativos sofre de uma dupla desvantagem. Por um lado, o mercado potencial é menor e mais disperso por isso é mais difícil o acesso ao mesmo. Por outro lado, situa-se nos

municípios mais pobres e, conseqüentemente, num segmento de mercado menos rentável. Para fazer face a esta realidade os bancos cooperativos optam pela abertura de pequenos balcões (ver quadro 9) nas localidades, numa estratégia de banca de proximidade e alargando a gama de produtos e serviços oferecidos, apostando na venda cruzada de seguros e produtos bancários e no apoio técnico agrícola. De facto, este serviço de apoio técnico é bastante popular entre os pequenos agricultores, especialmente aquando das candidaturas aos subsídios estatais e comunitários (Cabo *et al.*, 2009). A Tabela 9 mostra que o banco cooperativo tem balcões muito menores do que os seus pares, quando se mede a dimensão dos balcões pelo número de empregados.

Tabela 9- Número de funcionários por balcão, por tipo de banco (2006-2011)

	Média	Desvio Padrão
Banco cooperativo	5,734	0,123
Bancos privados	10,079	1,151
Caixa económica	9,157	0,785
Banco público	11,632	0,505
F		47,109
Significância		0,000

Subconjuntos homogêneos de médias em ○

A Tabela 9 mostra que o banco cooperativo detém os balcões de menor dimensão, em média, com menos de 6 funcionários; a caixa económica e os bancos privados têm balcões de dimensão estatisticamente similar, em média, 9 e 10 empregados por balcão; e, finalmente, o banco público detém os balcões de maior dimensão, com mais de 11 trabalhadores por balcão, em média.

O poder de compra do consumidor (CPP) e a densidade populacional (PD) por concelho foram usados para classificar as diferentes regiões de Portugal Continental em termos de atratividade para o negócio bancário. O valor de 1 é atribuído a um concelho se este apresenta um CPP inferior a ½ da média nacional; o valor de 2 se o CPP for inferior à média; o valor de 3 se o CPP é inferior a 3/2 da média; e o valor de 4 nos restantes casos. O mesmo método foi usado para classificar os municípios de acordo com a PD. Adicionando as pontuações dos dois indicadores [mínimos de 2 e máximos de 8], os municípios são classificados como: (a) de baixa densidade se CPP + PD é inferior a 4; (b) de densidade moderada se CPP + PD é inferior a 6; (c) de densidade elevada se CPP + PD for menor que 8; e (d) de densidade muito elevada nos restantes casos. Como resultado os 278 municípios foram classificados: (a) 121 como concelhos de baixa densidade; (b) 105 como concelhos de densidade moderada; (c) 40 como concelhos de elevada densidade; e (d) 12 como concelhos de muito elevada densidade. A Tabela 10 mostra a distribuição dos balcões bancários por classe de concelho e tipo de banco, no período 2006-2011.

Tabela 10 - Distribuição do número de balcões bancários por classe de concelho e tipo de banco

	Bancos privados*		Banco cooperativo		Banco público		Caixa económica	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Concelhos de baixa densidade	0,827	0,794	1,96	1,738	1,22	0,673	0,23	0,513
Concelhos de moderada densidade	2,582	3,390	2,46	1,597	2,68	3,076	1,20	1,962
Concelhos de elevada densidade	3,332	3,320	3,11	2,170	3,15	3,288	1,57	1,913
Concelhos de muito elevada densidade	18,718	22,906	2,61	2,243	19,36	25,889	8,36	10,196
X²	497,621		87,883		434,512		506,119	
Significância	0,000		0,000		0,000		0,000	

* valores médios; Subconjuntos homogêneos de médias em ○

A Tabela 8 mostra que a presença da rede de retalho dos bancos aumenta com a densidade do concelho, pelo que as instituições de crédito analisadas têm uma maior presença nos concelhos de densidade muito elevada, com exceção do banco cooperativo. Os concelhos de baixa

densidade são servidos principalmente pelo banco cooperativo e pelo banco público; os bancos privados e a caixa económica têm uma presença trivial nesses concelhos. A presença de balcões nos municípios de densidade moderada e elevada é bastante similar entre os diferentes tipos de bancos, tendo em conta a menor dimensão da rede de retalho da caixa económica.

Para os bancos privados e caixa económica identificaram-se 4 grupos diferentes estatisticamente significativos. Este resultado indica que estes tipos de bancos aplicam à sua rede de retalho uma profunda segmentação territorial (de acordo com o CPP e a DP dos concelhos) e têm uma estratégia diferenciada estatisticamente significativa para cada um dos segmentos. Para o banco público foram identificados 3 grupos significativamente diferentes, sendo que este tipo de banco considera os concelhos de densidade moderada e elevada da mesma forma. Relativamente ao banco cooperativo, identificaram-se apenas 2 grupos estatisticamente significativos: (1) concelhos de baixa densidade; e (2) concelhos de moderada, elevada e muito elevada densidade, todos considerados como um único segmento de mercado. Quando é efetuada a comparação entre a existência de subconjuntos homogêneos de médias, antes e após a crise de 2008, com intuito de verificar a potencial influência da crise na estratégia de segmentação da rede de retalho dos bancos não foram encontradas alterações. No entanto, ao testar as diferenças por classe de município detetaram-se várias diferenças positivas estatisticamente significativas, como apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 - Diferenças nos balcões bancários, antes e pós crise de 2008, por classe de concelho

	Bancos privados		Banco cooperativo		Banco público		Caixa económica	
	Significância	Sinal	Significância	Sinal	Significância	Sinal	Significância	Sinal
Concelhos de baixa densidade	<i>0,000</i>	+	<i>0,003</i>	+	<i>0,549</i>	+	<i>0,000</i>	+
Concelhos de moderada densidade	<i>0,000</i>	+	<i>0,000</i>	+	<i>0,006</i>	+	<i>0,000</i>	+
Concelhos de elevada densidade	<i>0,230</i>	+	<i>0,050</i>	+	<i>1,000</i>	+	<i>0,000</i>	+
Concelhos de muito elevada densidade	<i>0,074</i>	-	<i>0,044</i>	+	<i>0,004</i>	+	<i>0,002</i>	+

A Tabela 11 mostra que após a crise de 2008 as instituições de crédito portuguesas mantiveram um crescimento estatisticamente significativo da sua rede de retalho em algumas regiões específicas; apesar de globalmente se terem envolvido numa estratégia de racionalização de número de balcões os efeitos da mesma não são (ainda) estatisticamente significativos. De facto, apenas foi detetado um decréscimo no número de balcões dos bancos privados localizadas nos municípios de densidade muito elevada mas o mesmo não é estatisticamente significativo. Pelo contrário, a caixa económica e o banco cooperativo intensificaram a sua presença em todos os tipos de concelho; os bancos privados apostaram nos concelhos de baixa e moderada densidade e o banco público nos concelhos de moderada e muito elevada densidade. Conforme mencionado na seção 3, a rede de retalho é um fator crucial de competitividade no sector bancário nacional e a competição pelos depósitos de clientes resultante das dificuldades dos bancos no acesso aos mercados de capitais pode explicar esse resultado.

4.2.2 - Criação de emprego

Em 2011 o emprego no sector bancário contribuiu para 1,4% do emprego total em Portugal. A atual crise instigou várias alterações estruturais, nomeadamente, no mercado trabalho. Tendo em conta as dificuldades económico-financeiras das empresas, as políticas de redução de custos tornaram-se imperativas, com efeitos também na força de trabalho das instituições de crédito. A Tabela 12 apresenta a evolução do número de empregados dos bancos portugueses, para a atividade doméstica, durante o período em estudo. A Tabela 12 mostra que, no geral, a crise de 2008 resultou num ligeiro corte na oferta de trabalho das instituições de crédito. Os bancos privados iniciaram o processo mais cedo e, em geral, iniciou o decréscimo do número de empregados em 2009; noutros tipos de bancos tal tendência sentiu-se apenas em 2010 (o aumento invulgar do número de empregados do Montepio, em 2011, é, como já mencionado, resultado da incorporação de outra instituição de crédito). No entanto, ao testar a significância

estatística destas mudanças as mesmas provaram não ser estatisticamente significativas, conforme ilustrado na Tabela 13.

Tabela 12 – Evolução do número de empregados bancários, atividade doméstica (2006-2011)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Banco BPI	6.654	7.323	7.458	7.147	7.032	6.502
Taxa de crescimento anual		10,05%	1,84%	-4,17%	-1,61%	-7,54%
Quota de mercado	11,84%	12,56%	13,01%	12,46%	12,37%	11,39%
Millenium BCP	10.318	10.249	10.125	10.081	9.899	9.714
Taxa de crescimento anual		-0,67%	-1,21%	-0,43%	-1,81%	-1,87%
Quota de mercado	18,36%	17,58%	17,66%	17,58%	17,41%	17,02%
BES	5.824	5.976	6.086	6.040	6.142	6.116
Taxa de crescimento anual		2,61%	1,84%	-0,76%	1,69%	-0,42%
Quota de mercado	10,36%	10,25%	10,62%	10,53%	10,81%	10,72%
Crédito Agrícola	3.717	3.738	3.861	3.908	3.876	3.845
Taxa de crescimento anual		0,56%	3,29%	1,22%	-0,82%	-0,80%
Quota de mercado	6,61%	6,41%	6,73%	6,81%	6,82%	6,74%
CGD	9.759	9.695	9.727	9.791	9.672	9.509
Taxa de crescimento anual		-0,66%	0,33%	0,66%	-1,22%	-1,69%
Quota de mercado	17,36%	16,63%	16,97%	17,07%	17,01%	16,66%
Montepio	2.918	2.989	2.972	2.986	2.896	3.910
Taxa de crescimento anual		2,43%	-0,57%	0,47%	-3,01%	35,01%
Quota de mercado	5,19%	5,13%	5,18%	5,21%	5,09%	6,85%
Sector bancário*	56.201	58.307	57.330	57.359	56.844	57.069
Taxa de crescimento anual		3,75%	-1,68%	0,05%	-0,90%	0,40%

* Universo dos membros da APB

Fonte: Boletim da Associação Portuguesa de Bancos e relatórios e contas anuais dos bancos, cálculos próprios.

Tabela 13 – Número de empregados bancários por período de tempo e tipo de banco

	Bancos privados		Banco cooperativo		Banco público		Caixa económica		Sector bancário	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Antes da crise de 2008	7779,22	1922,46	3772,00	77,788	9727,00	32,00	2959,67	37,07	57279,33	1053,91
Após a crise de 2008	7633,22	1743,50	3876,33	31,50	9657,33	141,57	3264,00	561,25	57090,67	258,18
t	0,169		-2,153		0,831		-0,937		0,301	
Significância	0,868		0,098		0,453		0,447		0,789	

4.2.3 – Responsabilidade Social das Empresas (RSE)

Para avaliar a responsabilidade social os bancos foram construídos quatro grupos de indicadores, seguindo as metodologias de WCED (1987); Van Gelder & Denie (2007) e Scholtens (2008): (1) desenvolvimento sustentável; (2) banca responsável; (3) proteção ambiental; e (4) conduta social. A Tabela 11 apresenta a grelha de avaliação da RSE dos bancos portugueses.

Um banco pode assinalar o seu compromisso com um comportamento socialmente responsável pela adoção de códigos, publicação de relatórios de sustentabilidade e oferta e desenvolvimento de produtos financeiros "verdes" ou socialmente responsáveis. A forma como um banco realmente está comprometido com as questões ambientais pode ser vista através da sua política ambiental e/ou na gestão da sua cadeia de fornecimentos. A transparência do seu desempenho ambiental permite avaliar a forma como um banco opera a este respeito. A atenção dada ao ambiente também é refletida na maneira como os bancos consideram os riscos ambientais. Finalmente, a conduta social de bancos avalia o grau do compromisso social deste, tanto a nível interno como a nível externo. Internamente pela forma como lida com sua força de trabalho; externamente pela sua atitude e comportamento face à sociedade, por exemplo, envolvimento com a comunidade, ações de voluntariado, ou promoção do mecenato.

Tabela 11 – Grelha de avaliação da RSE dos bancos portugueses

Grupo	Indicador	Operacionalização
Desenvolvimento sustentável	1. Política de transparência institucional: relatório de sustentabilidade	Sim (1) ou não (0); (2) Certificação externa
	2. UNEP FI: Environment Programme Financial Initiative da Organização das Nações Unidas	Adotada: sim (1) ou não (0)
	3. Princípios do Equador	Adotada: sim (1) ou não (0)
	4. Programa Global Compact da Organização das Nações Unidas	Adotada: sim (1) ou não (0)
	5. Índices de sustentabilidade	Sim (1) ou não (0)
	6. Os códigos de ética e de conduta	Sim (1) ou não (0)
Banca responsável	7. Sistema de gestão de reclamação de clientes	Sim (1) ou não (0); (2) Provedor do cliente
	8. Política de microcrédito	Sim (1) ou não (0)
	9. Promoção do empreendedorismo, inovação e economia social	Sim (1) ou não (0); (2) Desempenho
	10. Oferta de produtos e serviços ambiental e socialmente responsáveis	Sim (1) ou não (0); (2) Desempenho
	11. Promoção da literacia e educação financeira	Sim (1) ou não (0); (2) Prémios e distinções
	12. Inclusão de aspetos de sustentabilidade na avaliação de risco de crédito	Sim (1) ou não (0)
Proteção ambiental	13. Política de gestão ambiental	Sim (1) ou não (0); (2) Prémios e distinções
	14. Gestão ambiental por objetivos quantitativos	Sim (1) ou não (0)
	15. Inclusão da gestão de riscos ambientais na política de concessão de crédito	Sim (1) ou não (0)
	16. Transparência do desempenho ambiental	Sim (1) ou não (0); (2) Carbon Disclosure Project
	17. Promoção da literacia ambiental	Sim (1) ou não (0); (2) Prémios e distinções
	18. Inclusão de critérios de sustentabilidade na escolha de fornecedores	Sim (1) ou não (0)
Conduta social	19. Política de envolvimento com a comunidade	Sim (1) ou não (0); (2) Fundação
	20. Donativos e mecenato	Sim (1) ou não (0); (2) Desempenho
	21. Promoção do voluntariado	Sim (1) ou não (0); (2) Desempenho
	22. Formação de recursos humanos, educação e condições de trabalho	Sim (1) ou não (0); (2) Desempenho
	23. Igualdade de oportunidades e não discriminação	Sim (1) ou não (0)
	24. Avaliação da satisfação e expectativas dos funcionários	Sim (1) ou não (0)

Fonte: Adaptado de Scholtens (2008)

Tendo em conta estas considerações foi adotado o seguinte sistema de pontuação relativamente às políticas de RSE dos bancos: 0 se o banco não tem uma política sobre a matéria; 1 se o banco tem uma política definida em conformidade com as normas e diretrizes internacionais para esta matéria; e 2 se a política do banco para esta questão é claramente superior, reconhecida por especialistas ou imprensa especializada, por exemplo, pela atribuição de prémios e distinções. Para avaliar o desempenho individual dos bancos, foi considerado o número relativo de indicadores em que o banco apresenta pontuações positivas⁴.

De acordo com a Tabela 12 o banco público é claramente a instituição com melhor desempenho em termos de RSE. Na realidade, a CGD é a única instituição que publica um relatório anual de sustentabilidade de mais de 100 páginas. O banco público apresentou certificação externa dos relatórios de sustentabilidade, e os 2 bancos privados de maior dimensão apresentaram mesmo a declaração de verificação GRI (A +). O relatório de sustentabilidade do banco cooperativo segue os requisitos do GRI, mas sem qualquer verificação externa (nível B). Os restantes relatórios apresentados são apenas um capítulo de cinco páginas no relatório e contas anual. Os primeiros bancos também se destacam pela adoção dos princípios internacionais como o UNEP FI, princípios do Equador e Global Compact ou por participarem no Carbon Disclosure Project.

⁴ Estamos conscientes do facto de que este tipo de pesquisa tem várias limitações. Depende da informação contida nos *sites* dos bancos, assim, quando os bancos não relatam serem ativos relação a determinado indicador, assumimos que não o são. Por outro lado, não há nenhum procedimento padrão para a produção de relatórios ou auditorias de sustentabilidade, portanto, temos que confiar nas informações fornecidas pelas instituições, que podem sofrer de enviesamento resultante do auto-relato. Mais, o nosso sistema de pontuação (0, 1 ou 2) resulta nalguma inexatidão dado que apenas se pode afirmar se um banco cumpre ou não determinado indicador, sendo que a falta de um adequado e socialmente responsável sistema de contabilidade torna difícil determinar com precisão o grau ou intensidade com que o banco o faz.

Tabela 12 – Desempenho RSE dos bancos portugueses

Grupo	Indicador	Banco BPI	Millenium BCP	BES	Crédito Agrícola	CGD	Montepio
Desenvolvimento sustentável	1. Política de transparência institucional: relatório de sustentabilidade	1	2	2	1	2	1
	2. UNEP FI: Environment Programme Financial Initiative da Organização das Nações Unidas	0	0	1	0	1	0
	3. Princípios do Equador	0	1	1	0	1	0
	4. Programa Global Compact da Organização das Nações Unidas	0	1	1	0	1	0
	5. Índices de sustentabilidade	0	1	1	0	0	0
	6. Os códigos de ética e de conduta	0	1	1	1	1	1
Banca responsável	7. Sistema de gestão de reclamação de clientes	0	2	1	2	2	1
	8. Política de microcrédito	0	1	1	1	1	1
	9. Promoção do empreendedorismo, inovação e economia social	1	1	2	1	2	2
	10. Oferta de produtos e serviços ambiental e socialmente responsáveis	0	1	2	0	2	0
	11. Promoção da literacia e educação financeira	0	1	1	1	1	2
	12. Inclusão de aspetos de sustentabilidade na avaliação de risco de crédito	0	0	1	0	1	0
Proteção ambiental	13. Política de gestão ambiental	1	1	2	1	2	1
	14. Gestão ambiental por objetivos quantitativos	0	0	1	1	1	0
	15. Inclusão de riscos ambientais na política de concessão de crédito	0	1	1	0	1	0
	16. Transparência do desempenho ambiental	0	2	2	0	2	0
	17. Promoção da literacia ambiental	0	0	1	1	1	0
	18. Inclusão de critérios de sustentabilidade na escolha de fornecedores	0	1	1	0	1	0
Conduta social	19. Política de envolvimento com a comunidade	0	2	1	1	2	2
	20. Donativos e mecenato	1	1	1	2	1	1
	21. Promoção do voluntariado	0	1	1	0	2	1
	22. Formação de recursos humanos, educação e condições de trabalho	1	1	1	1	2	2
	23. Igualdade de oportunidades e não discriminação	0	1	1	1	1	0
	24. Avaliação da satisfação e expectativas dos funcionários	1	1	1	0	1	0

Em geral, a CGD tem um excelente desempenho em todos os grupos de indicadores considerados, e o prémio de instituição financeira mais sustentável de Portugal, atribuído pela New Economy Sustainable Finance Awards reflete esse facto. Ser uma instituição de crédito pública e, simultaneamente, o maior banco português acarreta uma grande responsabilidade e exige um comportamento de liderança; é bom ver que nesta questão os bons exemplos vêm realmente de cima. Iniciativas como o banco social, o *site* ciclo de poupança; o fundo Caixa fã; o programa Caixa Carbono Zero 2010; a certificação Voluntary Carbon Standard e o projeto de Caixa Zero Carbon Forest; o projeto orquestras; a bolsa de voluntariado ou o cantinho da amamentação, ilustram o empenho desta instituição para com a RSE. Relativamente aos bancos privados, o desempenho do BES na promoção da inovação e questões ambientais, com especial atenção para a conservação da natureza e biodiversidade merece o reconhecimento de um vasto número de fontes independentes, estando o BES incluído no grupo das 100 empresas mais sustentáveis do mundo -a Global 100- e em índices de sustentabilidade como o Dow Jones Sustainability Indexes ou o FTSE4Good.

A caixa económica destaca-se pelo seu compromisso com a economia social e solidária. Sendo um banco mas também uma instituição do sector da economia social, o seu compromisso é para com os princípios da economia social e solidária, contribuindo para o crescimento económico em consonância com práticas de responsabilidade social. Os programas de educação financeira e de voluntariado empresarial ou o projeto Frota Solidária são exemplos internacionalmente reconhecidos.

Em termos de desempenho ambiental, os bancos privados e banco público apresentam um melhor desempenho do que o banco cooperativo ou a caixa económica, um resultado em parte explicado pelo perfil dos clientes destes últimos que aparentam ser mais adversos à adoção de tecnologias de informação e comunicação, pelo que estas instituições têm uma maior dificuldade no controlo de consumo de papel e outros itens relacionados. A opção pelo papel reciclado é uma tentativa de minimização desta adversidade.

Todos os bancos têm uma política de envolvimento com a comunidade definida, no entanto, o banco público, a caixa económica e um banco de privado (BCP) diferenciam-se nesta matéria pela criação de fundações com a missão de promover a cultura (Fundação CGD Culturgest e Fundação Millenium BCP) e a solidariedade social (Fundação Montepio). A Tabela 13 mostra a evolução do investimento direto das instituições de crédito portuguesas na comunidade, incluindo, donativos e despesas de mecenato.

Tabela 13 – Evolução do investimento direto na comunidade (2006-2011) (mil €)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Banco BPI^a	n.a.	40	50	700	925	650
Taxa de crescimento anual	-	-	25,00%	1.300,00%	32,14%	-29,73%
Como ‰ de ativos totais	-	0,00‰	0,00‰	0,01‰	0,02‰	0,02‰
BES	2.700	4.000	3.200	4.000	4.800	3.300
Taxa de crescimento anual	-	48,15%	-20,00%	25,00%	20,00%	-31,25%
Como ‰ de ativos totais	0,05‰	0,06‰	0,04‰	0,05‰	0,06‰	0,04‰
Millenium BCP	3.951	4.022	3.940	2.400	3.800	3.200
Taxa de crescimento anual	-	1,80%	-2,04%	-39,09%	58,33%	-15,79%
Como ‰ de ativos totais	0,05‰	0,05‰	0,04‰	0,03‰	0,04‰	0,03‰
Crédito Agrícola^b	1.146	1.716	1.999	960	1.229	n.a.
Taxa de crescimento anual	-	49,74%	16,49%	-51,98%	28,02%	-
Como ‰ de ativos totais	0,11‰	0,16‰	0,17‰	0,08‰	0,09‰	-
CGD^c	4.900	5.840	8.193	9.118	5.816	5.731
Taxa de crescimento anual	-	19,18%	40,29%	11,29%	-36,21%	-1,46%
Como ‰ de ativos totais	0,05‰	0,06‰	0,07‰	0,08‰	0,07‰	0,07‰
Montepio^d	463	596	1.456	1.489	1.670	1.753
Taxa de crescimento anual	-	28,73%	-99,76%	2,27%	12,16%	4,97%
Como ‰ de ativos totais	0,04‰	0,05‰	0,09‰	0,09‰	0,09‰	0,08‰

Notas: (a) exclui os valores do mecenato; (b) os valores 2006-2009 referem-se a 59 bancos cooperativos locais, os valores de 2010 envolvem 70 bancos locais e o banco cooperativo central e empresas associadas; os valores de 2006-2008 são estimativas conservadoras com base em 1/2 do total dos custos anuais de mecenato, donativos e patrocínios (em 2009-2010 a sua contribuição foi de aproximadamente 40% dos custos anuais referidos); (c) inclui donativos e despesas de mecenato da Fundação CGD

Culturgest; os valores de 2007 são estimativas com base em 90% dos custos de donativos e quotas; e (d) inclui donativos e despesas de mecenato da Fundação Montepio.

Fonte: Bancos anuais e relatórios de sustentabilidade dos bancos

Em termos quantitativos o banco público destaca-se; no entanto, quando temos em consideração a dimensão dos diferentes bancos é o banco cooperativo que se diferencia. De facto, este tipo de banco provou estar mais atento às necessidades sociais da comunidade, colocando realmente “o seu dinheiro onde está sua boca”, embora não seja tão bom a publicitá-lo como, por exemplo, os bancos privados. A Tabela 14 mostra o peso dos donativos e despesas de mecenato em função dos ativos totais, por tipo de banco.

Tabela 14 – Donativos e despesas de mecenato por tipo de banco (2006-2011)

	Média	Desvio Padrão
Bancos privados	0,0342‰	0,00002
Banco público	0,0662‰	0,00001
Caixa económica	0,0720‰	0,00002
Banco cooperativo	0,1232‰	0,00004
F		20,224
Significância		0,000

Subconjuntos homogêneos de médias em 

Globalmente, no período 2006-2011, o banco cooperativo dedicou uma maior proporção dos seus recursos nas necessidades sociais da comunidade através da concessão de donativos e despesas com mecenato. O carácter local deste tipo de banco confere-lhe uma ligação superior com a sua comunidade, refletida na sua declaração de missão de contribuir para o progresso das comunidades locais ao nível económico, social, cultural e desportivo (Crédito Agrícola, 2013). Por outro lado, os bancos privados dedicam uma menor proporção dos seus ativos para a solidariedade e desenvolvimento social da comunidade. Assim, embora seja positivo para sua imagem estar associado a valores como a solidariedade, o compromisso destas instituições é muitas vezes superficial. As caixas económicas e o banco público comportam-se de forma estatisticamente similar, algures entre o banco cooperativo e os bancos privados. Estes provaram estar mais empenhados com a responsabilidade social do que os bancos privados mas a sua dedicação é inferior à demonstrada pelo banco cooperativo.

A crise financeira de 2008 e subsequente crise económica e social acentuaram as dificuldades orçamentais do governo em cumprir os seus deveres sociais e de apoio à economia social, como pilar fundamental para o equilíbrio e inclusão social. Por outro lado, como já mencionado, os bancos enfrentam condições adversas, sofrendo perdas extraordinárias e estando sob pressão para ajustar a sua atividade. Apesar disso não foi detetada nenhuma alteração estatisticamente significativa na sua política de envolvimento com a comunidade quando é feita a comparação entre os montantes investidos antes e após a crise de 2008 (Tabela 15).

Tabela 15 – Donativos e despesas de mecenato por período de tempo e tipo de banco

	Bancos privados		Banco cooperativo		Banco público		Caixa económica		Amostra total	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Antes da crise de 2008	0,036‰	0,00002	0,150‰	0,00003	0,060‰	0,00001	0,057‰	0,00003	0,064‰	0,00005
Após a crise de 2008	0,033‰	0,00002	0,083‰	0,00001	0,072‰	0,00000	0,087‰	0,00001	0,055‰	0,00003
t	0,366		3,472		-1,572		-1,992		-0,190*	
Significância	0,719		0,065		0,191		0,175		0,865	

*Estatística Z

5 - Conclusões

No atual cenário de crise económica e financeira, as funções sociais dos bancos assumem uma importância crescente para o desenvolvimento económico e social do país. O sector financeiro português tem uma diversidade de instituições de crédito, destacando-se um banco público e vários bancos privados, uma caixa económica e um sistema integrado de bancos cooperativos de crédito agrícola. Os seus diferentes objetivos económicos refletem-se na segmentação de mercado e abordagem de negócios utilizadas. Globalmente, provou-se que os bancos que

adotam a visão dos “*stakeholders*” detêm um desempenho superior na promoção do desenvolvimento económico e social. Os bancos cooperativos, em particular, estando preferencialmente localizados em regiões de baixa densidade têm uma função crucial na inclusão financeira social e territorial dessas populações. Essa função não foi afetada pela crise atual e, apesar de alguma racionalização da rede de retalho em resposta à crise (especialmente entre os bancos privados), os bancos portugueses, em geral, aumentaram sua presença local, mesmo nos concelhos menos atrativos para a atividade bancária. Também, no que respeita ao emprego no sector bancário, não foi observada nenhuma mudança estatisticamente significativa em resultado da crise, apesar da diminuição global do emprego no sector bancário.

Em termos de responsabilidade social, o banco público destaca-se apresentando um bom desempenho em todos os indicadores analisados. É também de notar que os bancos portugueses, em geral, estão conscientes de suas responsabilidades sociais e desenvolvem esforços para se tornarem mais sustentáveis. Os bancos maiores e mais internacionais adotaram princípios internacionais em matéria de banca sustentável e possuem boas performances quanto à proteção ambiental. A este respeito, a caixa económica e o banco cooperativo, apesar dos seus esforços, apresentam um fraco desempenho. Pelo contrário, em relação à conduta social a caixa económica e o banco cooperativo têm, globalmente, um melhor desempenho, embora não sejam tão bons a publicitá-lo como os seus pares. Por último, apesar da crise atual e das perdas extraordinárias que os bancos estão a sofrer verificou-se que estes não reduziram de forma estatisticamente significativa o investimento direto na comunidade; tendo mesmo o banco público e a caixa económica aumentado o valor dos donativos e despesas com mecenato (mas não de forma estatisticamente significativa).

Em geral, os bancos universais são muito bons na comunicação sobre a RSE, e embora o relatório de sustentabilidade anual cumpra as diretrizes da Global Reporting Initiative, a informações não é quantificada em termos monetários e sem um adequado sistema de contabilidade de responsabilidade social é difícil fazer avaliações precisas. Por outro lado, as instituições de crédito são a principal fonte de informação sobre o desempenho de RSE e as suas habilidades de marketing podem influenciar de forma significativa esta avaliação.

O curto período da análise é uma desvantagem deste estudo e eventual investigação futura capaz de alargar esse período permitirá aumentar a robustez das conclusões. Outras pesquisas futuras devem também complementar este trabalho, quer pela investigação do perfil dos clientes das instituições de crédito, de forma a melhor compreender a sua função de inclusão financeira, quer pela análise da relação entre o desempenho económico e a RSE dos bancos, incluindo assim os três pilares da sustentabilidade (social, ambiental e económico) na análise.

Referências

APB (2012a): “Banca, Supervisão e Financiamento da Economia”, In: *X Forum da Banca*, Associação Portuguesa de Bancos, Lisboa.

APB (2012b): *Boletim Informativo No 47 2011*, Associação Portuguesa de Bancos, Lisboa.

APB (2012c): *Perspectiva Sobre o Sistema Bancário*, Associação Portuguesa de Bancos, Lisboa.

APB (2013): *Why financial market exists?* Associação Portuguesa de Bancos, www.apb.pt

AYADI, R., LLEWELYN, D., SCHMIDT, R., ARBAK, E. & DE GROEN, W. (2010): *Investigating Diversity in the Banking Sector in Europe: Key Developments, Performance and Role of Cooperative Banks*, Centre for European Policy Studies (CEPS), Brussels.

BENSTON, G. & SMITH, C. (1976): “A Transaction Cost Approach to the Theory of Financial Intermediation”, *Journal of Finance*, 31, 215-231.

BOSCIA, V. & DI SALVO, R. (2009): “The theory and Experience of Cooperative Banking”. In: Boscia, V., Carretta A. & Schwizer, P. (eds.), *Cooperative Banking: Innovations and Developments*, Palgrave Macmillan Studies in Banking and Financial Institutions.

BUNGER, D. (2009): *Bank Ownership Structure and Performance: An Analysis of Cooperative and Mutual Savings Banks*. The Arthur Levitt Public Affairs Center, manuscript.

CABO, P. (2012): *Essays on Governance and Failure of Co-operative Banks: The Portuguese Agricultural Credit Co-operatives*. PhD Thesis, University of Trás-os-Montes and Alto Douro, Portugal.

- CABO, P., MATOS, A., FERNANDES, A. & RIBEIRO, M. (2009): "O Desempenho Social das Cooperativas de Crédito Portuguesas". In: *V Colóquio Ibérico de Cooperativismo e Economia Social*, Santarém, Portugal
- CHAVES, R. & SOLER, F. (2004): *El Gobierno de las Cooperativas de Crédito en España*. CIRIEC-España, Espanha.
- CUEVAS C. & FISHER, K. (2006): *Cooperative Financial Institutions*. World Bank Working Paper no. 82.
- DE BRUYN R. & FERRI, G., (2005): "Le ragioni delle banche popolari: motivi teorici ed evidenze empiriche". In: De Bruyn, R. & Ferri, G. (eds.), *Le Banche Popolari nel localismo dell'economia italiana*, Edicred, Rome.
- DEVELTERE P., K. MEIREMAN & RAYMAEKERS, P. (2005): *Coöperatief en Maatschappelijk Verantwoord Ondernemen: de plaats van de vennoot binnen de coöperatie*, Leuven: HIVA/Cera.
- DI SALVO, R. (2003): *The Governance of Mutual and Co-operative Bank Systems in Europe*, Co-operative Studies, Edizioni del Credito Cooperativo.
- FONTEYNE, W. (2007): *Cooperative Banks in Europe – Policy Issues*. IMF Working Paper WP/07/159.
- FREIXAS, X. & SANTOMERO, A. (2003): "An Overall Perspective on Banking Regulation", UFF, Economics and Business Working Paper no. 664.
- GIJSELINCKX, C. & DEVELTERE, P. (2007): "The co-operative trilemma. Co-operatives between market, state and civil society", In: *8th Conference of the European Sociological Association*, Glasgow.
- GOODHART, C. (1989): *Money, Information, and Uncertainty*. Macmillan, London.
- GORDON, G. & WINTON, A. (2002): "Financial Intermediation", Wharton Financial Institution Center Working Paper no. 02-28.
- GREENBAUM, S. & THAKOR, A. (2007): *Contemporary Financial Intermediation*, 2nd Edition, Elsevier, Amsterdam.
- GROENEVELD, H. (2011): "The value of European Cooperative banks for the future financial system", In: *2011 ICA Global Research Conference*, University of Helsinki, Finland.
- GROENEVELD, J. & SJAUW-KOEN-FA, A. (2009): *Co-operative banks in the new financial system*. Working Paper Economic Research Department Rabobank, Nederland.
- GUINNANE, T. (1997): "Regional Organizations in the German Cooperative Banking System in the Late 19th Century", *Research in Economics*, 51(3), 251-274.
- GUIISO, L., SAPIENZA, P. & ZINGALES, L. (2004): "Does Local Financial Development Matter?", *Quarterly Journal of Economics*, 119 (3), 929-969.
- HELLMANN, T., MURDOCK, K. & STIGLITZ, J. (1997): "Financial Restraint: Toward a New Paradigm". In: Aoki, M., Kim, H. & Okuno-Fujiwara, M. (eds.), *In The Role of Government in East Asian Economic Development: Comparative Institutional Analysis*, Oxford University Press, New York.
- HELLMANN, T., MURDOCK, K. & STIGLITZ, J. (2000): "Liberalization, Moral Hazard in Banking, and Prudential Regulation: Are Capital Requirements Enough?", *American Economic Review*, 90 (1), 147-165.
- ICA (2007): "Statement on the Co-operative Identity". International Cooperative Alliance website, 26 May 2007, <http://www.ica.coop/coop/principles.html>.
- JONES, D. & KALMI, P. (2008): Co-operatives and Employee Ownership.
- KANE, E. & HENDRESHOTT, J. (1996): "The federal deposit insurance fund that didn't put a Bite on U.S. taxpayers", *Journal of Banking and Finance*, 20, 1305-1327.
- LEVI, Y. (2001): 'Internal' and 'External' Principles. Inward versus Outward Orientation to Co-operatives, *International Cooperation*, 94(1), 50-58.
- LEVINE, R. (2004): 'Finance and Growth, Theory and Evidence', NBER Working Paper 10766, Cambridge, Mass, NBER.
- OLIVER WYMAN (2008): *Co-operative Bank: Customer Champion*. Oliver Wyman.
- PAGANO, M. & PANUNZI, F. (1998): "Banche commerciali e banche cooperative: Qual é la differenza?", *Cooperazione di Credito*, no. 156-157, April.
- PALOMO, R. & VALOR, C. (2001): *Banca Cooperativa. Entrono financiero y proyección social*. Unión Nacional de Cooperativas de Crédito, Madrid, Espanha.

- SCHOLTENS, B., (2009): "Corporate Social Responsibility in the International Banking Industry", *Journal of Business Ethics*, 86, 159-175.
- SHAW, L. (2007): "Overview of Corporate Governance Issues for Co-operatives", in *Global Corporate Governance Forum, Working Meeting on Corporate Governance and Co-operatives*, London.
- SPIEGEL, R. (1977): *Schaum's Outline of Theory and Problems of Probability and Statistics*, McGraw-Hill, New York.
- STIGLITZ, L. (1990): "Peer Monitoring in Credit Markets", *World Bank Economic Review*, 4, 351-366.
- VAN GELDER, J. & DENIE, S. (2007): *Mind the Gap: benchmarking credit policies of international banks*, Utrecht, BankTrack.
- WCED, (1987): *Our Common Future*, World Commission on Environment and Development, Oxford University Press, New York.